MODALIZAÇÃO: DA LÍNGUA AO DISCURSO

José Luiz FIORIN[1]

...l'instinct dite le devoir et l'intelligence fournit le pretexte pour l'éluder.
(Proust)

Vous l'avez voulu, vous l'avez voulu, Georges Dandin, vous l'avez voulu.
(Molière)

O que não puderes, seguramente te será perdoado; mas o que não quiseres, jamais.
(Ibsen)

Ao Borba, que me ensinou para a vida e não para a escola.

▪ RESUMO: A modalização tem o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz. As modalidades são, então, definidas como predicados que sobredeterminam outros predicados. Como o inventário das modalidades nas línguas naturais é bastante confuso, porque os sentidos se superpõem, é preciso utilizar um procedimento hipotético-dedutivo, para estabelecer as modalidades de base, aquelas organizadas por procedimentos dedutivos independentemente dos lexemas modais das línguas naturais. Este trabalho, com base na Semiótica francesa, mostra os critérios para estabelecer as modalidades de base, verifica como elas se manifestam em português e analisa a modalização como procedimento discursivo, isto é, como

* Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – jolufi@uol.com.br.

o estabelecimento, no texto, de percursos modais, instituídos a partir de compatibilidades e incompatibilidades das modalidades.

■ PALAVRAS-CHAVE: Modalização; modalidade; paixões.

Introdução

Os caminhos da constituição de uma teoria das modalidades na Semiótica francesa

A Semiótica é uma teoria gerativa, porque concebe o processo de produção do texto como um percurso gerativo, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, num processo de enriquecimento semântico. Isso significa que vê o texto como um conjunto de níveis de invariância crescente, cada um dos quais suscetível de uma representação metalingüística adequada. O percurso gerativo de sentido não tem um estatuto ontológico, ou seja, não se afirma que o falante, na produção do texto, passe de um patamar ao outro num processo de complexificação semântica. Constitui ele um simulacro metodológico, para explicar o processo de entendimento, em que o leitor precisa fazer abstrações, a partir da superfície do texto, para poder entendê-lo.

Por outro lado, a idéia do percurso gerativo de sentido parte da constatação de que é preciso explicar o fato de que o discurso é da ordem da estrutura e do acontecimento. Assim, é necessário detectar invariantes, mas também descrever a variabilidade histórica que reveste essas invariantes. O modelo não é genético, mas gerativo, ou seja, busca ser preditivo e explicativo.

O percurso gerativo é constituído de três patamares: as estruturas fundamentais, as estruturas narrativas e as estruturas discursivas. Vale relembrar que estamos no domínio do conteúdo. As estruturas discursivas serão manifestadas como texto, quando se unirem a um plano de expressão no nível da manifestação. Cada um dos níveis do percurso tem uma sintaxe e uma semântica.

Por razões históricas, o nível narrativo foi o mais bem explorado até hoje, o que não significa, porém, que os outros níveis não tenham tido desenvolvimento. Na primeira fase, a da constituição do percurso gerativo, a Semiótica aplica-se a estudar os simulacros da ação do homem no mundo presentes nas narrativas. Elabora assim uma teoria da *performance*. A narratividade é entendida como "uma transformação de esta-

do, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age sobre o mundo em busca de determinados valores investidos no objeto" (Barros, 1995, p.85). Analisa os conflitos entre sujeitos que buscam o mesmo objeto. Para desenvolver essa teoria da ação, transformou a noção proppiana de função na noção de enunciado narrativo (ibidem, p.82-5). O conceito de função em Propp diz respeito a unidades sintagmáticas constantes sob a multiforme superfície das narrativas. A sucessão dessas invariantes constitui o relato. Essa noção foi precisada com o conceito de enunciado narrativo. Há dois tipos de enunciados elementares, o de estado e o de fazer, que derivam da existência de duas relações-função: a junção (conjunção e disjunção) entre um sujeito e um objeto e a transformação, que é a mudança de uma relação de junção. Dessa noção de enunciado narrativo decorre o fato de que é possível prever organizações hierarquizadas de enunciados. Estes se organizam em programas narrativos (um enunciado de fazer regendo um enunciado de estado), em percursos narrativos (encadeamentos lógicos de programas narrativos em que um programa pressupõe outro) e em seqüências narrativas (em que se organizam os percursos narrativos). Com isso, constrói-se uma sintaxe narrativa hierarquicamente organizada e não uma simples sucessão de unidades sintagmáticas, como previa o modelo proppiano. Nessa sintaxe, vai-se do programa ao percurso e deste à seqüência, estabelecendo um modelo de previsibilidade da narrativa, que pode dar conta da especificidade de cada relato singular, dado que esses níveis são empregados recursivamente e que têm um desdobramento polêmico. De um lado, programas, percursos e seqüências podem ser repetidos indefinidamente, encaixando-se, sucedendo-se etc.; de outro, toda narrativa tem uma dimensão polêmica (cf. Barros, 1995, p.83): a um sujeito corresponde um anti-sujeito; a uma apropriação, um desapossamento. Isso quer dizer que um relato pode ser feito de dois pontos de vista: um roubo pode ser contado do ponto de vista do ladrão ou da vítima; a história da Gata Borralheira pode ser relatada do ponto de vista da órfã submetida a duros trabalhos e da madrasta e suas filhas, do príncipe que procurava uma esposa e da moça que perdeu o sapatinho. Essa sintaxe vai do mais simples ao mais complexo.

Apesar do salto dado pela teoria narrativa proposta pela Semiótica, esse modelo apresenta uma limitação muito grande. Seu âmbito de aplicação são as narrativas da chamada pequena literatura (ibidem, p.85). Com efeito, um modelo que considera a narrativa como a busca de valores, como ação do homem no mundo, só pode aplicar-se àqueles textos

que apresentem um componente pragmático muito forte: por exemplo, as narrativas folclóricas.

Ao compreender a limitação dada pelo alcance das aplicações, a Semiótica vai passar para uma segunda fase, interessando-se pela competência modal do sujeito que realiza a transformação. Nessa fase, as investigações incidem menos sobre a ação e mais sobre a manipulação (Barros, 1995, p.85-8).

Parte-se da constatação de que só pode executar uma ação quem possuir pré-requisitos para isso, ou seja, de que o fazer exige condições prévias. Só pode realizar uma ação o sujeito que quer e/ou deve, sabe e pode fazer. É isso que se chama competência modal do sujeito. A modalização do fazer é a sobredeterminação de um predicado do fazer por outro predicado (querer/dever/saber/poder). Ao reconhecer isso, a Semiótica começa a realizar uma tipologia muito mais fina dos sujeitos. Pode haver sujeitos coagidos, que devem, mas não querem realizar uma ação; sujeitos que afrontam o sistema (heróis que agem sozinhos), que querem, mas não devem; sujeitos impotentes, que querem e/ou devem, mas não podem, e assim por diante. Com a modalização do sujeito, a Semiótica passa a analisar também seu modo de existência: sujeitos virtuais, os que querem e/ou devem fazer, sujeitos atualizados, os que sabem e podem fazer; sujeitos realizados, os que fazem. Uma gama muito grande de textos passa agora a ser explicada pela teoria: aqueles em que há personagens sonhadoras, mas que são incapazes de passar à ação; aqueles em que há personagens realizadoras etc.

Nessa fase, o estudo das modalizações está ainda muito ligado à ação, pois o que se investiga são as condições necessárias para sua realização. No entanto, isso representou um salto muito grande, pois, se se pensar não apenas no sujeito que tem sua competência modal alterada, mas também naquele que realiza essa alteração, passa-se do estudo da ação ao da manipulação, ou seja, do fazer ao do fazer fazer. Agora, não se procura mais apenas explicar as relações entre sujeito e objeto, mas entre sujeitos, o que leva a uma concepção de narrativa como uma sucessão de estabelecimentos e rupturas de contratos (ibidem, p.86). Aqui começa todo um exame dos procedimentos de manipulação. Estudam-se a provocação, o desafio, a tentação, a sedução, a intimidação etc. Por outro lado, começa-se a aprofundar o estudo dos mecanismos da sanção, seja ela cognitiva ou pragmática. Os percursos da manipulação e da sanção constituem a dimensão cognitiva da narrativa e enquadram sua dimensão pragmática.

Com o estudo da dimensão cognitiva, a Semiótica mostra que a organização da intersubjetividade é articulada por meio de estruturas polêmicas e contratuais. Por exemplo, enquanto a teoria marxista vê a História como uma estrutura polêmica (lembremo-nos de que o *Manifesto comunista* se inicia afirmando que a história da humanidade é a história da luta de classes), a concepção liberal enfatiza os aspectos contratuais da constituição do Estado. Além do exame dessas estruturas, o estudo da manipulação abre caminho para o estudo de sujeitos manipulados por sistemas de valores diferentes. Por exemplo, na tragédia clássica, o herói trágico sofre uma manipulação por valores contraditórios. Antígona deve optar entre a lei divina, que determinava que os mortos fossem sepultados, e a lei do Estado, que estatuía que quem morresse lutando contra a cidade deveria permanecer insepulto.

Apesar de o campo de textos abrangido por essa teoria narrativa ter aumentado, possuía ela ainda um problema em relação ao domínio de aplicação. A teoria narrativa explicava o que se poderiam chamar estados de coisas, mas não o que se denominaria estados de alma. Até esse ponto de seu desenvolvimento, a teoria trabalha com textos em que há transferência de objetos tesaurizáveis ou com textos em que há estruturas diversas de manipulação e de sanção. No entanto, há narrativas que operam com outros tipos de objetos. *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, não é um romance sobre a traição, mas sobre o estatuto veridictório dos fatos, sobre certezas e incertezas, sobre a criação do objeto e a atribuição subjetiva a ele de um valor de verdade; *Gobseck*, de Balzac, trata da avareza e dos prazeres proporcionados pela posse da riqueza; *Otelo*, de Shakespeare, aborda o ciúme e a manipulação dos estados de alma de outrem; *Il Gattopardo*, de Tommaso di Lampedusa, discute a recusa e a aceitação da mudança; o episódio do ferimento do príncipe Andrei, em *Guerra e paz*, de Tolstói, delineia o sutil problema da vergonha do medo e do medo da vergonha; o filme *Salò, os 120 dias de Sodoma*, de Pasolini, mostra como a exacerbação do medo faz ruírem as normas da vergonha. Poder-se-ia continuar a citar textos em que se trata de estados de alma, em que se discute o valor veridictório do objeto. Como operar com as "paixões de papel", os estados de alma narrados?

Para tratar dessa questão, a Semiótica passa por mais duas fases. A primeira examina as modalizações do ser (Barros, 1995, p.88-91). Foi mostrado acima que, para a Semiótica, existem dois tipos de enunciados elementares: o de estado e o de fazer. O exame das modalidades do fazer levou ao estudo das condições modais necessárias para a realização da ação. No entanto, é preciso verificar que o sujeito de estado (um

enunciado de estado estabelece uma relação de conjunção ou de disjunção com um objeto) pode ser também modalizado. Não se tem, nesse caso, modalizações do fazer (querer fazer, dever fazer, saber fazer, poder fazer), mas modalizações do ser (querer ser, dever ser, saber ser e poder ser). O sujeito de estado, por exemplo, quer entrar em conjunção com um dado objeto. Nesse caso, o objeto é desejável para o sujeito, enquanto ele é um sujeito desejante. Por isso, poder-se-ia afirmar, com mais propriedade, que a modalização do estado incide sobre o objeto, ou, mais particularmente, sobre o valor nele investido e que isso repercute sobre a existência modal do sujeito. É o objeto desejável que faz o sujeito desejante; é o objeto impossível que faz o sujeito impotente, e assim por diante.

Por outro lado, há um outro tipo de modalização do ser, que se diferencia, pelo lugar em que incide, daquela até agora exposta. Enquanto, no caso anterior, a modalização recai sobre o objeto, neste caso, que passamos a expor, a modalização incide sobre a relação de conjunção ou de disjunção que liga sujeito e objeto. Trata-se de modalidades veridictórias e epistêmicas. As veridictórias articulam-se como estrutura modal em "ser" *versus* "parecer" e aplicam-se à função-junção. Mostra-se que um enunciado *é* ou *parece ser*. No entanto, essa modalização não diz respeito a nenhuma relação referencial, mas a algo criado pelo texto. *Ser* é o estatuto veridictório exposto pela própria narrativa ou, em outros termos, pelo narrador; *parecer* é o estatuto veridictório atribuído a um estado por uma personagem. Seixas, personagem de *Senhora*, de Alencar, é visto como um homem rico (parece ser rico), mas o narrador mostra ao leitor que ele é o filho de uma modesta costureira (ser). Temos, então, uma mentira: ele não é rico, mas parece sê-lo. As modalidades veridictórias permitem estabelecer o estatuto veridictório dos estados: verdade, falsidade, mentira, segredo. Os enunciados modalizados veridictoriamente podem ser sobredeterminados pelas modalidades epistêmicas do *crer*: um sujeito crê que um estado parece verdadeiro ou é verdadeiro etc. A modalização epistêmica resulta de uma interpretação, em que um sujeito atribui um estatuto veridictório a um dado enunciado. Nela, o sujeito compara o que lhe foi apresentado pelo manipulador com aquilo que sabe ou aquilo em que crê. O estatuto veridictório de um enunciado é dado por um julgamento epistêmico, em que o crer precede o saber, o que implica reconhecer o caráter ideológico da operação de interpretação. Para a Semiótica, crer e saber pertencem ao mesmo universo cognitivo e a distinção entre a adesão fiduciária, regida pelo crer, e a adesão lógica, comandada pelo saber, é o estabelecimento de uma separação

entre dois tipos de racionalidade, que, na interpretação, quando aparecem situações, como em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, de verdade ou falsidade das certezas, de dúvida da verdade etc., confundem-se, misturam-se, entrecruzam-se (Greimas, 1983, p.115-33).

O estudo da modalização do ser permite estabelecer tipologias de culturas (por exemplo, há culturas que valorizam mais o querer do que o dever e outras que fazem o contrário), dar representações mais adequadas da aplicação dos códigos sociais de caráter normativo, como regras gramaticais, regras de polidez etc. (nelas, combinam-se dever e saber: o excesso de zelo no código de polidez aproxima-se da hipercorreção em gramática, quando a um dever fazer não corresponde um saber fazer, mas um não saber fazer) (ibidem, p.88-90).

Todo esse estudo das modalizações do ser passa ainda pelo exame das compatibilidades e incompatibilidades entre as modalidades. Por exemplo, o dever ser é compatível com o poder ser, ao passo que é incompatível com o não poder ser. Com efeito, o que é necessário deve ser compatível com o que é possível, mas não com o impossível. No entanto, cabe lembrar que as compatibilidades e as incompatibilidades nada têm a ver com o aparecimento de certas combinatórias modais nos textos. Os sujeitos de estado podem ser modalizados por modalidades compatíveis ou incompatíveis entre si. Um sujeito pode querer o que pode ser, mas pode querer o que não pode ser. A percepção dessas compatibilidades e incompatibilidades abre caminho para o estudo das paixões.

Chega-se, então, à quarta fase da Semiótica. A paixão é entendida, inicialmente, pela Semiótica como efeitos de sentido de qualificações modais que alteram o sujeito de estado, o que significa que é vista como um arranjo das modalidades do ser, sejam elas compatíveis ou incompatíveis. Por exemplo, a obstinação define-se como um querer ser aliado a um não poder ser, enquanto a docilidade reúne um querer ser a um poder ser. O obstinado é aquele que quer, apesar da impossibilidade evidente, enquanto o dócil limita-se a desejar o que é possível.

A história modal do sujeito de estado (transformações modais que vai sofrendo) permite estudar outros tipos de textos narrativos, aqueles fundados sobre um processo de construção ou de transformação do ser do sujeito e não apenas do seu fazer. Os efeitos de sentido passionais derivam de arranjos provisórios de modalidades, de intersecções e combinações entre modalidades diferentes. Por exemplo, a vergonha define-se pela combinação do querer ser, não poder não ser e saber não ser. Os arranjos modais que têm um efeito de sentido passional são determinados pela cultura.

A noção de paixão como arranjo de modalidades permite estabelecer uma diferença entre o atualizado (apreensão de um predicado do ponto de vista das condições de realização) e o realizado. A distinção entre *querer morrer* e *morrer* reside no fato de que, no primeiro, uma série de roteiros é possível, enquanto no segundo, não. A diferença entre o atualizado e o realizado permite, pois, estabelecer potencializações, o que possibilita analisar fatos que parecem contrariar a lógica narrativa (cf. Fontanille, 1995, p.175-90). São exemplos disso o apego que perdura após a morte do ser amado, objeto de fina análise em *Memorial de Aires*, de Machado de Assis; o ciúme, sentimento indiferente ao fato de o outro ser fiel ou não.

Retomada dos pontos principais da teoria semiótica das modalidades

A Lingüística tem, hoje, uma abordagem enunciativa da modalização. Confere-lhe o papel de exprimir a posição do enunciador em relação àquilo que diz (Pottier, 1992, p.98). As modalidades são, então, definidas como predicados que sobredeterminam outros predicados. Como os tipos de predicados são dois, os de estado (ser) e os de transformação (fazer), há modalidades incidentes sobre os predicados de ser e de fazer. Dessa forma, os enunciados modais são hiperotáxicos em relação a enunciados descritivos.

Como o inventário das modalidades nas línguas naturais é bastante confuso, porque os sentidos se superpõem, é preciso utilizar um procedimento hipotético-dedutivo, para estabelecer as modalidades de base, ou seja, aquelas organizadas por procedimentos dedutivos independentemente dos lexemas modais das línguas naturais.

A definição das modalidades feita pela semiótica (Greimas, 1983; Greimas & Courtés, 1979; Fontanille & Zilberberg, 1998) é, ao mesmo tempo, paradigmática e sintagmática.

Pardigmaticamente, dois traços são levados em conta para a definição das modalidades de base: os modos de existência do sujeito e as relações entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado. A existência semiótica é dada pela relação do sujeito com um objeto. Em outras palavras, um sujeito só tem existência na medida em que está em relação com um objeto. Ora, um sujeito pode querer ou dever estar em relação com um objeto, poder ou saber estar em relação com um objeto ou estar em relação com um objeto. Ademais, deve ele preli-

minarmente crer na sua competência, ou seja, no seu desejo, nas suas obrigações, nas suas possibilidades etc. Assim, temos quatro modos de existência do sujeito: o potencial, o virtual, o atualizado e o realizado. Esses modos determinam a existência de quatro tipos de modalidades: as potencializantes (o crer), as virtualizantes (o querer e o dever), as atualizantes (o saber e o poder) e as realizantes (o ser e o fazer). O outro traço é a relação entre o sujeito do predicado modal e o do predicado modalizado. Temos aqui dois tipos de relações: transitiva, que liga enunciados que têm sujeitos distintos; reflexiva, que liga sujeitos idênticos. A partir desse critério, há modalidades endógenas (reflexivas) e exógenas (transitivas).

O quadro completo das modalidades de base seria (Fontanille & Zilberberg, 1998, p.190):

	Potencializantes	Virtualizantes	Atualizantes	Realizantes
Endógenas	Assumir	Querer	Saber	Ser
Exógenas	Aderir	Dever	Poder	Fazer
	Crenças	Motivações	Aptidões	Efetuações

É preciso entender bem o que está sendo considerado transitivo ou reflexivo. Nada tem a ver com os enunciados realizados nas línguas naturais, mas com o fato de que, do ponto de vista hipotético-dedutivo, assumir é um movimento de crença do interior; enquanto aderir é movimento para o exterior; querer é algo que diz respeito à autonomia do sujeito, enquanto o dever concerne à heteronomia, ou seja, a dois sujeitos distintos.

Sintagmaticamente, as modalidades podem incidir sobre os dois tipos de enunciado de base: o ser e o fazer. O predicado modal é definido por sua função táxica, por sua visada transitiva, suscetível de atingir um outro enunciado como objeto. Os enunciados do ser e do fazer podem, assim, assumir a função de enunciados modais ou descritivos, o que significa que esses enunciados elementares podem modalizar os enunciados elementares. Temos, assim, as seguintes possibilidades modais: fazer ser é a transformação narrativa de um estado em outro; ser do fazer são as condições requeridas para realização da ação; fazer fazer é o conjunto de modalidades factitivas que levam à ação; ser ser são as modalidades veridictórias que determinam a verdade, mentira, falsidade ou segredo de um estado. Sobre essas modalizações de base atuam sobremodalizações, quando o crer, o querer, o dever, o saber e o poder modalizam os enunciados elementares.

Uma categoria modal qualquer, por exemplo o dever fazer, é suscetível de ser projetada no quadrado semiótico, o que estabelece a seguinte estrutura modal: dever fazer, dever não fazer, não dever fazer e não

dever não fazer. Essa estrutura modal torna-se um valor modal, quando recebe uma definição taxionômica. Tomemos, por exemplo, o dever ser: dever ser = necessidade; dever não ser = impossibilidade; não dever não ser = possibilidade; não dever ser = contingência. Esse procedimento de estruturação modal e de criação de valores modais pode ser aplicado a cada uma das categorias modais.

Temos, então, as seguintes modalidades simples: fazer fazer, modalidades factitivas; ser ser: modalidades veridictórias, que articulam o ser e o parecer, estabelecendo a seguinte estrutura modal: ser + parecer = verdade; não ser + não parecer = falsidade; não ser + parecer = mentira; não parecer + ser = segredo. As sobremodalizações são as que seguem: modalidades volitivas concernem seja ao querer fazer, seja ao querer ser; modalidades deônticas dizem respeito ao dever fazer e ao poder fazer; modalidades aléticas referem-se ao dever ser e ao poder ser; modalidades epistêmicas concernem ao saber fazer, ao crer fazer, ao saber ser, ao crer ser.

É preciso explicar por que dever fazer e poder ser constituem modalidades deônticas e dever ser e poder ser modalidades aléticas. Constituem necessidade tanto o dever ser quanto o não poder não ser; a possibilidade é indicada pelo poder ser e não dever não ser a impossibilidade, pelo dever não ser e o não poder ser; a contingência, pelo não dever ser e poder não ser. As mesmas homologações podem ser feitas em relação às modalidades deônticas. A prescrição é manifestada pelo dever fazer e não poder não fazer; a interdição, pelo dever não fazer e não poder fazer; a permissão, pelo não dever não fazer e poder fazer; a facultatividade, pelo não dever fazer e poder não fazer. Apesar dessas homologações, essas duas modalidades não expressam a mesma coisa. No que tange ao dever e ao poder ser, a diferença é que, no primeiro, temos como que um determinismo do espírito e, no segundo, um determinismo das coisas. A necessidade expressa pelo dever ser é proveniente do sujeito, enquanto a manifestada pelo poder é advinda do objeto (Greimas, 1983, p.85). Comparem-se, por exemplo: *Isso deve ser assim* e *Isso não pode não ser assim*. A mesma distinção poderia ser proposta para o dever e o poder fazer. *Você deve fazer isso* indica advinda do sujeito; enquanto *Você não pode não fazer isso* quer dizer que a prescrição deriva de uma resistência do mundo.

A manifestação lingüística das modalidades

As modalidades podem ser expressas por meios lexicais ou por meios gramaticais. Todas as palavras lexicais podem manifestar modalidades. Tomemos alguns exemplos:

a) substantivos:
crer ser: Tenho *certeza* de que ela não o teria deixado (AC);[2]
não crer ser: A *incerteza* pouco a pouco esmoreceu, convenci-me (MEC);
não dever fazer: A novidade está na *proibição* de exercer cargos públicos (CPO);
não dever não fazer: tinham *permissão* de transitar pela Avenida (ANA);
poder ser: nem sempre os hospitais têm *possibilidade* de realizar culturas e antibiogramas (ANT);
não poder ser: os industriais do açúcar alegaram a *impossibilidade* de conceder o aumento (AR-O);
dever ser: bastariam para evidenciar a *necessidade* de uma educação específica na adolescência (AE);

b) adjetivos, principalmente quando núcleos de uma oração principal de uma oração subordinada substantiva subjetiva:
dever ser: É *necessário* ser funcionário público para saber o quanto é difícil suportar tudo isso (AR-O);
não poder ser: os patrões dizem que é *impossível* pagar mais do que isso (AP);
poder ser: Esse tipo de regulação só é *possível* num sistema circulatório fechado (FIA);
poder não ser: O ponto crucial no modelo é que T3 é *contingente* e depende da condição posta em T2;
não poder fazer: Ao atleta *não* é *permitido* usar as mãos e os braços (BF);
não querer ser e dever ser: Essas medidas resultaram, inclusive, no aumento *indesejável*, mas *necessário*, das contribuições dos patrões (JK-O);
dever ser: É *indispensável* substituir um aminoglicosídeo (AM-O);
dever não ser: (Isso) é *irrealizável* (PRO);
não poder ser e não dever não ser: obrigando o presidente Figueiredo a entrar diretamente na disputa entre o *impossível* e o *realizável* (VEJ);
não dever ser: é *fortuito* o aparecimento de uma face especial;
não poder não ser: o resultado *inelutável* será a miséria;
saber não ser: É *ilusório* esperar uma ação convicta (JK-O);

---

2 Todos os exemplos desta parte foram tirados do *corpus* do projeto do *Dicionário de usos do português*, coordenado por Francisco da Silva Borba.

saber ser: Assim, é *verdadeiro* o juízo confirmado pela sensação (MA);
crer ser: É *evidente* que não tendes nenhuma pretensão à Santidade (AM-O);

c) verbos, principalmente aqueles que, tendo um complemento infinitivo ou oracional, não são aspectualizadores como *começar, acabar de* etc.:
não saber fazer: *não saber* dançar é uma merda (OE);
crer não ser: Machado de Assis *recusa* a hipótese de Teófilo Braga (ESS);
não crer não ser: *admite* que viu o casaco (BF);
não crer ser: *Duvida-se* que os Estados Unidos terão os dez projéteis (CRU);
querer ser: É certo que *gosto* de cobras e de mulheres (BU);
não querer ser: *não quero* ser grosseira (AQ);
dever fazer: (a mensagem) *determina* que ninguém vai ganhar menos que o salário mínimo regional (CB);
não dever fazer: Ontem mesmo você me *proibiu* de lhe dirigir a palavra;
poder fazer: o Governo *facultou* aos industriais que se submetessem a certas exigências de capitalização própria e de nacionalização gradativa dos veículos (JK-O);
dever ser: Você me *tem de* ser grato! (A);
Uma outra classe de palavras que pode manifestar modalidades é a dos advérbios.
dever ser: Na Europa, Portugal será *necessariamente* o interlocutor mais próximo do Brasil (COL);
poder ser: *possivelmente* já tomara o vapor em Fortaleza (BH);
dever fazer: farmácias que não estiverem de plantão, *obrigatoriamente*, fecharão suas portas às 20 horas (FSP);
crer ser: *Talvez* ele venha (FSP).

Certos autores dizem que a interrogação, a afirmação etc. são modalidades (Charaudeau, 1992, p.591). Na verdade, a organização das frases em declarativas, interrogativas, imperativas e optativas são manifestações das modalidades básicas.

saber ser: Ele veio;
saber não ser: Ele não veio;
dever fazer: Venha aqui!;
não saber ser: Ele veio?;
querer ser: Oxalá ele venha!.

Não procede a afirmação de muitos autores de que a diferença básica entre uma pergunta real e uma pergunta retórica está no fato de que a primeira indica um desejo verdadeiro de saber, enquanto, na segunda, temos um artifício, porque o falante que pergunta já conhece a resposta. Essa distinção só tem sentido numa concepção empirista da linguagem. Do ponto de vista dos efeitos de sentido, há sempre um não saber ser, seja em relação ao conteúdo, seja ao conhecimento do ouvinte.

Uma outra forma gramatical de expressar as modalidades do saber e do crer é a utilização do indicativo e do subjuntivo. O primeiro indica um saber ser ou um crer ser, enquanto o segundo expressa um não saber ser, um não crer ser, um saber não ser ou um crer não ser. Nossas gramáticas dizem que o subjuntivo deve ser utilizado, principalmente, (cf. Cunha, 1972, p.318-22; Bechara, 1999, p.280-83), nas orações substantivas, depois de expressões que indicam modalidade (ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, desejo, probabilidade etc.); nas orações adjetivas, depois de um predicado negativo; nas adverbiais causais introduzidas por *não que* ou *não porque*, nas concessivas, nas finais. Não foram mencionados os casos em que as próprias gramáticas dizem que se exprime uma hipótese e não um fato real, porque essa é a distinção entre o subjuntivo e o indicativo. Na verdade, esses casos são tendências gerais, pois, sempre, no português brasileiro, pode-se usar tanto o subjuntivo quanto o indicativo, como manifestações da modalidade do saber ou do crer:

> saber ser: Espero um carro que me *leva* para casa;
> não saber ser: Espero um carro que me *leve* para casa;
> saber ser: eles devem manter a liderança interzonal por muito tempo ainda, se bem que *se fala* com algum entusiasmo no futuro (ANB);
> crer ser: Se *queremos* reconhecimento, temos que trabalhar;
> não crer ser: Se os intelectuais *fossem* bons governantes, teríamos o melhor presidente do mundo.[3]

Alguns tempos verbais servem para expressar modalidades epistêmicas ou deônticas:

> dever fazer: *Honrarás* pai e mãe;
> não saber ser: *Moraria* ele em São Paulo há uns quatro anos.

---

3 Evidentemente, o uso do subjuntivo merece um estudo mais detalhado, que não pode ser feito nos limites deste trabalho. A afirmação de que o subjuntivo não é categórico, mas opcional, precisa ser comprovada com mais exemplos reais.

Em oposição às demais modalidades, que são categóricas, as modalidades epistêmicas são graduais. Assim, há uma gradação que vai do certo ao excluído, passando pelo provável, pelo possível, pelo plausível, pelo duvidoso, pelo contestável, pelo improvável. Poder-se-ia objetar mostrando que dizemos *isso é mais ou menos possível*, o que indicaria que a gradualidade atinge também outras modalidades. No entanto, se observarmos com mais atenção esse fato, veremos que o que é atingido pela gradualidade é a modalidade epistêmica: o enunciador não sabe se é possível (poder ser). A explicação da diferença entre subjuntivo e indicativo não deve, assim, ser buscada, como pode ter dado impressão no que acabou de ser referido, na categorialidade epistêmica, mas em sua gradualidade.

A modalização pode atingir a enunciação ou o enunciado. Por exemplo, quando se diz *Lamentavelmente, você é um mau aluno*, o que está sendo modalizado pelo não querer fazer e pelo dever fazer é o ato de enunciação. Quando se diz *É possível que ele venha*, é o ato de vir expresso no enunciado é que está sendo modalizado pelo poder ser.

Diversas modalidades podem aparecer na mesma frase e mesmo pode haver uma sobremodalização de uma por outra.

Contudo, nesse nível, é preciso que se reconheça que ainda estamos no domínio do projeto, de um projeto certamente desejável e viável (IP).

Ser preciso modaliza pelo dever ser a oração subordinada substantiva subjetiva; o verbo *reconhecer* dá um estatuto epistêmico de não crer não ser à oração subordinada substantiva objetiva direta; *desejável* e *viável* modalizam projeto, respectivamente, pelo querer ser e pelo saber ser e a eles o advérbio *certamente* confere o estatuto epistêmico crer ser. A oração declarativa modaliza a totalidade do dizer pelo saber ser.

A modalidade como processo discursivo

As modalidades, quaisquer que elas sejam, podem apresentar compatibilidades e incompatibilidades combinatórias. Quando tomamos, por exemplo, o dever ser, veremos que corresponde ele ao não poder não ser; o dever não ser, ao não poder ser; o não dever não ser, ao poder ser; o não dever ser, ao poder não ser. A mesma correspondência pode ser estabelecida entre o dever fazer e o poder fazer. Temos outras compatibilidades: assim, se um dever fazer corresponde a um querer fazer, não há nenhum conflito. No entanto, os textos podem apresentar também incompatibilidades modais: por exemplo, combinar um querer fazer a um

não poder fazer. A modalização como procedimento discursivo é o estabelecimento de percursos modais no texto, estabelecidos a partir dessas compatibilidades e de incompatibilidades.

As manifestações lingüísticas das modalidades servem de pistas para a compreensão da discursivização das modalidades. Tome-se, por exemplo, o poema *Belo Belo*, de Manuel Bandeira (1983, p.281):

> Belo Belo minha bela
> Tenho tudo que não quero
> Não tenho nada que quero
> Não quero óculos nem tosse
> Nem obrigação de voto
> Quero quero
> Quero a solidão dos píncaros
> A água da fonte escondida
> A rosa que floresceu
> Sobre a escarpa inacessível
> A luz da primeira estrela
> Piscando no lusco-fusco
> Quero quero
> Quero dar a volta ao mundo
> Só num navio de vela
> Quero ver Bagdá e Cusco
> Quero quero
> Quero o moreno de Estela
> Quero a brancura de Elisa
> Quero a saliva de Bela
> Quero as sardas de Adalgisa
> Quero quero tantas coisas
> Belo belo
> Mas basta de lero-lero
> Vida noves fora zero[4]

O poeta começa por declarar que tem o que não quer e não tem o que quer. É um sujeito modalizado, portanto, pelo não querer ser e não pelo querer ser. Mais ainda está – modalizado não pelo querer ser, mas pelo dever ser, pela necessidade, e não deseja essa modalização (Não quero óculos nem tosse/Nem obrigação de voto). O que deseja é o impossível, o que não pode ser: a solidão dos píncaros, a água da fonte escondida, a rosa que floresceu sobre a escarpa inacessível, a luz da primeira estrela, piscando no lusco-fusco, dar a volta ao mundo só num

4 Agradeço a Diana Luz Pessoa de Barros a sugestão do texto.

navio de vela, ver Bagdá e Cusco. Poder-se-ia dizer que não se pode pôr *rever Pernambuco* no paradigma das impossibilidades. No entanto, no espírito do querer ser o que não pode ser, deve-se entender rever Pernambuco, como rever o Pernambuco da infância. Continua o rol dos desejos impossíveis, quando deseja uma característica de cada uma das mulheres que teve. Mas o poema mostra que desejar o impossível não permite que se passe da virtualidade à realidade, é uma fixação na virtualidade (Mas basta de lero-lero/Vida noves fora zero). A discursivização das modalidades permite o aparecimento e a análise das paixões de papel. A título de exemplo das possibilidades a que chegou a Semiótica com o estudo das paixões, vamos analisar, de maneira ainda pouco formalizada, para que o entendimento seja maior, alguns percursos patêmicos do conto "Noite de almirante", de Machado de Assis (1979, p.446-51). O conto é bastante complexo do ponto de vista dos estados de alma nele desenvolvidos, porque entrelaça modalidades que incidem sobre o objeto com modalidades veridictórias e mostra que os sujeitos têm existência modal diferente.

O marinheiro Deolindo, ao voltar de uma longa viagem de instrução, "levava um grande ar de felicidade aos olhos", porque uma grande "noite de almirante" o esperava em terra. Três meses antes de começar a viagem, conhecera Genoveva, ambos apaixonaram-se perdidamente e ele partira em viagem, depois de um "juramento de fidelidade" recíproca. Há aqui uma situação de espera fiduciária. Deolindo quer estar em conjunção com a fidelidade e crê que Genoveva deve, por força do contrato, realizar a conjunção desejada. A espera não é tensa, pois o sujeito não apresenta o efeito patêmico da aflição. Ao contrário, é relaxada, pois Deolindo está feliz. A felicidade é um efeito de satisfação produzido pelo saber poder ser (possível) a conjunção desejada. Ao mesmo tempo, essa paixão indica que Deolindo tinha confiança (crer ser) em que Genoveva cumpriria o contrato.

O narrador modaliza o ato de celebração do contrato como verdadeiro. "Não havia descrer da sinceridade de ambos: ela chorava doidamente, ele mordia o beiço para dissimular."

Quando Deolindo, depois de descer a terra, chega à casa em que morava Genoveva, "a velha Inácia" diz-lhe que ela estava com outro, residindo na Praia Formosa. Altera-se, então, a existência modal de Deolindo. Agora, sabe que Genoveva não cumpriu o contrato de manter a fidelidade. O sujeito crédulo e confiante passa a ser um sujeito insatisfeito e decepcionado. Aparece o sentimento de falta. Adquire, então, uma outra competência modal: querer fazer o mal. Assim, começa o per-

curso da reparação da falta: o da vingança. "As idéias marinhavam-lhe no cérebro, como em hora de temporal, no meio da confusão de ventos e apitos. Entre elas, rutilou a faca de bordo, ensangüentada e vingadora."

Quando Deolindo chega à Praia Formosa, Genoveva recebe-o com maneiras francas. Novamente, entram em cena as modalidades veridictórias. Genoveva não tem o que esconder, está no domínio da verdade (ser + parecer). Deolindo volta a ter esperança, reassume a confiança. A velha poderia ter mentido ou ter-se enganado, relatando um parecer que não corresponde a um ser, fazendo uma interpretação não verdadeira dos fatos. Altera-se sua existência modal. Crê poder realizar a conjunção desejável. Mas Genoveva não manifesta "nenhuma comoção nem intimidade", ou seja, mantém-se indiferente e distante.

Diante desse estado passional, altera-se novamente a existência modal de Deolindo. Passa do crer ao não crer poder realizar a conjunção desejada. Com isso, ressurge o querer vingar-se. "Em falta de faca, bastavam-lhe as mãos para estrangular Genoveva, que era um pedacinho de gente, e durante os primeiros minutos não pensou em outra coisa." Contém seu desejo e diz-lhe que sabia tudo. Ela não mente. Deolindo tem um ímpeto, o querer vingar-se retorna novamente; ela fá-lo parar com a ação dos olhos; diz-lhe que, "se lhe abrira a porta, é porque contava que era homem de juízo", isto é, que não se deixava levar por estados patêmicos intensos. Em seguida, conta-lhe o amor que sentira por ele, mas diz que seu coração mudara. Mudara o objeto de seu querer. O narrador modaliza veridictoriamente suas palavras dizendo: "Não sorria de escárnio. A expressão das palavras é que era uma mescla de candura e cinismo, de insolência e simplicidade, que desisto de definir melhor. Creio até que insolência e cinismo são mal aplicados. Genoveva não se defendia de um erro ou de um perjúrio; não se defendia de nada; faltava-lhe o padrão moral das ações". O que ela diz é verdadeiro, pois ela crê não ser culpada de nada. Por isso, não quer criar um parecer que oculte o ser.

A questão da culpa distingue as duas personagens. Ambas vêem o contrato firmado entre elas de maneira diferente. Para Deolindo, o juramento é aspectualizado durativamente ("O pobre marujo citava o juramento de despedida, como uma obrigação eterna"). Ao rompê-lo, Genoveva fora perjura e ingrata, pois passara a querer não fazer o bem a quem devia obrigação. A gratidão é uma paixão de benevolência que se articula numa reciprocidade. Para Genoveva, o juramento é aspectualizado com a pontualidade. Não poderia ser perjura, porque "quando jurou era verdade". Não era ingrata, pois a gratidão implica que se esteja obrigado a alguém e ele, durante a viagem, não devia ter-se lembrado

dela ("E ele que tanto enchia a boca de fidelidade, tinha-se lembrado dela por onde andou?"). Ela crê que ele pode não ter mantido o contrato, o que também a desobrigaria de cumpri-lo. A resposta dele foi dar-lhe um pacote de presentes onde estavam uns brincos. Ela ficou confusa por "receber um mimo a troco de um esquecimento". Está, então, modalizada por um saber que Deolindo não pode não ter mantido o juramento e por saber que ela não o manteve. Ao mesmo tempo, tem as paixões da satisfação (contentamento e deslumbramento) por saber que está em conjunção com a fidelidade de Deolindo, figurativizada pelos brincos.

Renasce a esperança em Deolindo. De novo, transforma-se sua existência modal. Passa do não crer ao crer poder realizar a conjunção desejada. As razões para esse ressurgir da esperança estão no fato de pensar que o juramento pode ser aspectualizado com a pontualidade e, nesse caso, se ele fora violado quando estava ausente, pode ser rompido, estando o outro ausente, ou com a duratividade e, então, não seria negado, dado que talvez ela não tivesse jurado nada ao outro.

Ela pede que Deolindo lhe conte as aventuras que vivera em terras longínquas. Demonstra um enorme interesse por elas. Está modalizada por um querer saber. Quando Deolindo percebe que o objeto de sua solicitude eram seus relatos e não ele, passa novamente a um estado de crer não poder ser ("A esperança ... começava a desampará-lo").

Ela mostra a uma amiga os brincos que ele lhe dera. Esta elogia muito o presente. Deolindo tem um momento de satisfação, sabe ter podido realizar uma conjunção desejada ("durante alguns segundos, saboreou o prazer exclusivo e superfino de haver dado um bom presente; mas foram só alguns segundos").

Sai cabisbaixo e lento, sem o ímpeto com que chegara. Estava tomado pelo estado patêmico da infelicidade, por um saber não poder ser. Mas que é que ele não podia ser? A resposta virá em seguida. Genoveva entrou em casa alegre e barulhenta, estava modalizada por um saber poder ser. Conta à amiga que ele dissera que iria suicidar-se. De certa forma, suicidar-se era realizar a vingança desejada, pois infligiria a Genoveva a dor do remorso, reequilibrando, assim, a situação patêmica. Diante do espanto da amiga, Genoveva mostra que sabe que ele não pode fazer o que prometera, pois não é dotado das paixões fortes e durativas que levam o sujeito a tornar-se competente para a vingança, aquelas que o modalizam com o poder fazer. Ao contrário, é apenas dotado das paixões fracas da malevolência, que instauram um sujeito operador com a modalidade do querer vingar-se, mas não o atualizam com o poder vingar-se ("Qual o quê! Não se mata, não. Deolindo é assim

mesmo, diz as cousas, mas não faz. Você verá que não se mata. Coitado, são ciúmes"). No ciúme, há um não querer não ser, isto é, não querer não estar em conjunção com um objeto amado. Deolindo é modalizado pelo querer, mas não pelo poder, é aspectualizado pela pontualidade (ímpeto), mas não pela durativídade (persistência), é modulado pela baixa intensidade.

No dia seguinte, diante de seus colegas, Deolindo manifesta o estado patêmico da satisfação, derivado do saber estar em conjunção com o objeto desejado. Nota, no entanto, o narrador que se trata de uma mentira. Deolindo parece satisfeito, mas não está. Por que mentiu? Porque parece que tivera vergonha da realidade. Vergonha é "um sentimento penoso de sua inferioridade, de sua indignidade ou de sua humilhação diante de outrem, de seu rebaixamento na opinião dos outros". Deriva de uma sanção cognitiva negativa, a reprovação própria ou alheia. Essa reprovação gera a vergonha. A vergonha é, assim, um estado de alma da ordem do saber: o sujeito sabe que não possui a competência para um fazer exigido pelo simulacro de membro de um determinado grupo social ou que fez algo em desacordo com a deontologia grupal. Por outro lado, é preciso também que esse sujeito aceite esse simulacro ou essa deontologia como um ideal a ser seguido, pois, se não dá nenhuma importância a eles, não será atingido pelo sentimento de vergonha. Assim, é necessário, para que esse estado de alma ocorra, que o dever fazer e o dever ser se tornem também um querer fazer e um querer ser. Se o sujeito é modalizado por um não querer, age diferentemente do simulacro sem ser atingido pela vergonha. Aparecem, então, os comportamentos atrevidos e insolentes. O sintagma modal do efeito patêmico da vergonha é dever ser/fazer; querer ser/fazer; saber não poder ser/fazer ou saber (outro) saber que a competência requerida pelo simulacro não existe ou que a *performance* não corresponde ao dever.

Voltemos a Deolindo. Diz o narrador: "A verdade é que o marinheiro não se matou. No dia seguinte, alguns dos companheiros bateram-lhe no ombro, cumprimentando-o pela noite de almirante, e pediram-lhe notícias de Genoveva, se estava mais bonita, se chorara muito na ausência, etc. Ele respondia a tudo com um sorriso satisfeito e discreto, um sorriso de pessoa que viveu uma grande noite. Parece que teve vergonha da realidade e preferiu mentir". A vergonha de Deolindo opera sob o signo do segredo. Ele faz uma sanção negativa de sua *performance* de não se vingar. Não realiza a vingança, porque não possui a modalidade atualizante do poder fazer, que seu grupo social atribui ao homem. A traição da mulher deve implicar necessariamente a vingança realizada pelo homem.

Deolindo, porém, é dotado apenas das paixões fracas do querer. Para não permitir que sua vergonha seja exposta, opta pela mentira. No nível do parecer, mostra satisfação; no do ser, insatisfação e decepção. A decepção, entretanto, não é com Genoveva, mas consigo mesmo.

A análise de textos de diferentes épocas e culturas que pintam paixões de papel (o ciúme, a avareza, a cólera, a indiferença etc.) mostrou que as paixões variam de uma cultura para outra, de uma época para outra. Por exemplo, a configuração da avareza é distinta em Molière e Balzac. Enquanto, no primeiro, o avaro caracteriza-se pelo entesouramento, no segundo aparece algo que é próprio da formação social capitalista, a idéia de que o dinheiro produz dinheiro. Isso significa que, embora as paixões se caracterizem fundamentalmente pelo arranjo das modalidades, a modalização não é suficiente para produzir efeitos passionais, pois as mesmas organizações modais podem gerar ou não sentidos patêmicos. Ora, isso obriga a introduzir novos elementos teóricos. A dimensão passional permite analisar, por meio dos procedimentos da convocação enunciativa, a retomada do contínuo no discurso. As configurações modais estão sobredeterminadas por uma modulação, que gera efeitos de sentido patêmicos. Passa-se, no estudo do componente patêmico, da modalização à aspectualização e à intensidade. O conceito de aspectualização, entendida não apenas como processo lingüístico, mas como processo discursivo, não é somente uma sobredeterminação do tempo, mas uma sobredeterminação de todas as categorias de enunciação, o tempo, o espaço e a pessoa. Aparece também o conceito de foria, que, conjugando a intensidade e a extensão, produz, ao projetar-se no espaço e no tempo, efeitos de andamento e de ritmo discursivos. O estudo das paixões passa a convocar, simultaneamente, grandezas, em geral, discretas e categoriais (modalizações) e grandezas contínuas e articuladas (aspectualização e intensidade).

A aspectualização caracteriza tipos passionais: por exemplo, temos as paixões da duratividade, como o ressentimento; paixões da pontualidade, como a ira; paixões da perfectividade, como o remorso. Ao mesmo tempo, as paixões apresentam uma intensidade. A depressão exibe um andamento lento, enquanto a agitação tem um andamento acelerado. O avaro é modalizado por um querer ser, mas um querer ser que ultrapassa o simples querer não gastar. Distingue-se do econômico, porque a economia do avaro vai além do necessário. É uma economia excessiva, desnecessária, incoerente. A impulsividade define-se por um querer fazer, ao mesmo tempo que pela incoatividade e pela intensidade.

Estudada dessa maneira, a paixão não se opõe à razão, mas constitui uma forma de racionalidade discursiva, permitindo analisar, de maneira bastante fina, a aspectualização, a intensificação e a quantificação, consideradas não como categorias da língua, mas como procedimentos de discursivização. Na medida em que o contínuo e suas modulações passam a fazer parte da teoria, ultrapassa-se o estruturalismo, fundado no discreto e no categorial.

Finalmente, é preciso dizer que, no discurso, grandes blocos narrativos podem ser a manifestação das modalidades. Histórias de detetives, por exemplo, constituem basicamente uma narrativa do estabelecimento da modalidade veridictória da verdade. Temos um criminoso, que está modalizado veridictoriamente como secreto, e o detetive vai desvelar o segredo, transformando-o em verdade. Textos publicitários apresentam-se explicitamente como regidos pela modalidade factitiva. As narrativas de aprendizagem são manifestações da aquisição da modalidade do saber fazer e do saber ser. Toda a narrativa do filme *Os caçadores da arca perdida* constitui a busca de um poder fazer, dado que a posse da arca da aliança daria o poder vencer os inimigos.

Uma teoria do discurso precisa de uma teoria forte das modalidades, pois a modalidade é inerente ao ato de dizer e, portanto, um elemento indispensável para a compreensão da discursivização.

FIORIN, J. L. Modalization: from language to discourse. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.171-192, 2000.

■ *ABSTRACT: The role of modalization is to express the enunciator's attitude towards what he says. Modalities are, then, defined as predicates that overdetermine other predicates. The inventory of the modalities in natural languages is quite puzzling, for the meanings overlap; therefore, it is necessary to use a hypothetical-deductive procedure, in order to establish the base modalities – those organized by deductive procedures independent of the modal lexemes of the natural languages. This paper, based on French Semiotics, shows the criteria used to establish the base modalities, observes their manifestation in Portuguese, and analyses modalization as a discourse procedure, i.e., as a way of establishing, inside the text, modal paths, from compatibilities and incompatibilities of the modalities.*

■ *KEYWORDS: Modalization; modality; passions.*

Referências bibliográficas

BANDEIRA, M. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

BARROS, D. L. P. de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, A. C., LANDOWSKI, E. *Do inteligível ao sensível*. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995. p.81-97.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

FONTANILLE, J. Le tournant modal en sémiotique: Organon. *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v.23, p.175-90, 1995.

FONTANILLE, J., ZILBERBERG, C . *Tension et signification*. Bruxelas: Mardaga, 1998.

GREIMAS, A. J . *Du Sens II*. Paris: Seuil, 1983.

________. *Sémiotique*: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1986. v.II.

GREIMAS, A. J., COURTÉS, J. *Sémiotique*: dictionnaire raisonné de la théorie du langage. Paris: Hachette, 1979. v.I.

GREIMAS A. J., FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. São Paulo: Ática, 1993.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979. v.II.

POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1992.